



PLANO DE

AÇÃO LOCAL

MUNICÍPIO DE CASCAIS

2019-2022

cascais.pt

CASCAIS

Tudo começa nas pessoas



COORDENAÇÃO:

Miguel Arrobas	Diretor Municipal da Coesão e Capacitação Social Coordenador Formal do Programa C.A.C. em Cascais
Ana Almada	Departamento de Educação
Beatriz Brandão	
Patrícia Gago	Departamento de Educação Divisão de Planeamento e Gestão de Rede
Pedro Lara	

EQUIPA RESPONSÁVEL - Mecanismo de Coordenação:

MC - Elementos da CMC

Ana Sofia Silva	Divisão de Qualificação Ambiental
Carlos Franco/Elsa Saraiva	Divisão de Trânsito e Mobilidade – Unidade de Acessibilidades e do Peão
Catarina Aleluia	Divisão de Promoção e Animação Cultural/Fundação D. Luís I
Célia Gonçalves	Divisão de Estudos e Projetos
Cláudia Marques	Divisão de Animação e Promoção Cultural
Cristina Seco	Divisão de Obras de Edifícios e Equipamentos
Cristina Santos	Divisão de Trânsito e Mobilidade
Daniel Valente/ Ana Rita Rodrigues	Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território
Filipa Bom	Divisão de Trânsito e Mobilidade – Unidade de Acessibilidades e do Peão
Isabel Dias/Joana Sousa/Sofia Rodrigues	Divisão Apoio Pedagógico e Inovação Educativa
Joana Fernandes/Adélia Matos	Divisão de Planeamento de Mobilidade e Transportes
Joana Ventura	Divisão de Trânsito e Mobilidade – Unidade de Acessibilidades e do Peão
João Barros	Divisão de Estudos e Projetos
João Palma	Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território
Joaquim Gomes	Divisão de Gestão da Estrutura Verde
Lara Sá	Serviço Municipal de Proteção Civil – Divisão de Prevenção e Sensibilização
Luís Cecílio/Carlos Mata	Serviço Municipal de Proteção Civil – Divisão de Prevenção e Sensibilização
Marta Silvestre/Sara Silva	Divisão de Marca e Comunicação
Manuela Madeira/Cláudia Fernando/Patrícia Pires	Divisão de Juventude
Miguel Narciso	Divisão de Cidadania e Participação
Maria José Ramalho	Departamento de Gestão Territorial – Gabinete de Coordenação e Gestão

Marina Cruz/Helena Assunção	Divisão de Administração e Gestão Educativa
Neuza Gonçalves	Divisão de Intervenção Social
Sara Dias/M ^a João Gonçalves	Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental e do Território
Sara Silva/M ^a João Silva	Divisão de Marca e Comunicação/atualmente Div. Juventude
Sílvia Duarte	Divisão de Cidadania e Participação
Tânia Prudêncio	Divisão de Promoção da Saúde
Vânia Fialho	Divisão de Desporto
Vanda Reis/Ana Lucas	Divisão de Desenvolvimento de Recursos Sociais

MC - Elementos das Empresas Municipais

Ana Rodrigues	Cascais Ambiente
Cristina Vasconcelos	Cascais Próxima
Elsa Ferreira	Cascais Envolvente
Inês Seabra	Cascais Envolvente
Rodrigo Castro	DNA Cascais

MC - Elementos de outras Entidades do Concelho de Cascais

Ana Paula S. Uva Isabel Couto Hortênsia Gouveia	ACES – Cascais
Angelina Ribeiro /M ^a Fátima Rocha	PSP
Célia Rebelo /Ana Zina	CPCJ Cascais
Fernanda Gonçalves/Bruno Bernardes	J. Freguesia S. Domingos de Rana
Isabel Godinho	J. Freguesia Alcabideche
José Batalha/Judite Paulo	Federação das Associações de Pais - Cascais
Cláudia Altas/Sónia Soares	J. Freguesia Carcavelos-Parede
Manuela Correia	CPCJ Cascais
Rita Serra Coelho Paula Sousa Isabel Santos Sónia Pereira	J. Freguesia Cascais-Estoril

OUTROS COLABORADORES:

Ana Isabel Guerreiro	Consultora independente para os Direitos da Criança
----------------------	---

Catarina Tomás	Professora Adjunta na Escola Superior de Educação de Lisboa - IPL
Filipa Ferreira	CMC - Departamento de Educação Divisão de Planeamento e Gestão de Rede
Filipa Castro Henriques	Representação da Vice-Presidência/atualmente Departamento Promoção de Talento
Isabel Xavier	CMC - Divisão de Cidadania e Participação
João Ferrão	Geógrafo e investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Maria João Silva	CMC - Departamento de Educação
Sónia Garcia	CMC - Divisão de Promoção do Emprego

Índice

AGRADECIMENTOS	8
NOTA DE ABERTURA	9
INTRODUÇÃO	10
ENQUADRAMENTO	12
METODOLOGIA	15
DIAGNÓSTICO LOCAL	20
DIMENSÃO ESTRATÉGICA	22
DIMENSÃO OPERACIONAL	25
GOVERNAÇÃO	28
MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	32
ANEXOS	36

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaríamos de agradecer a todos os que participaram nas auscultações públicas que se realizaram em todo o processo de elaboração do diagnóstico e plano de ação local: organizações públicas e privadas, famílias, crianças, jovens e dirigentes da Camara Municipal de Cascais.

Um agradecimento a todos os diretores de escolas públicas e privadas que proporcionaram, com a reconhecida autorização dos encarregados de educação, a realização dos *workshops* com as crianças e jovens.

A todos os dirigentes das unidades orgânicas das Câmara Municipal de Cascais que prontamente aceitaram este desafio, indicando um elemento para integração no Mecanismo de Coordenação a estar sempre presente e disponibilizar o tempo necessário para a elaboração do documento, tendo sido um processo efetivamente participado e integrado por todas as áreas.

E um agradecimento muito especial a todos os elementos do mecanismo de coordenação pelo envolvimento, presença sempre que necessário, capacidade de execução das tarefas necessárias ao processo, a crescente ligação para com o programa e relação com os todos os participantes que se reflete neste documento.

Nota de Abertura

Cascais é, de há alguns anos a esta parte, um dos concelhos que regista maior número de nascimentos no país. Duas das nossas quatro freguesias estão entre as unidades políticas mais jovens de Portugal. Os nossos jovens contribuem para que Cascais esteja no topo da tabela dos concelhos mais escolarizados. Levamos os orçamentos participativos para as escolas e até tivemos a ousadia de transformar o nosso maior evento bianual (as Conferências do Estoril) num acontecimento exclusivamente júnior. Temos dos jovens mais dedicados à sociedade em programas de voluntariado e não é por acaso que nos foi confiada a organização da Capital Europeia da Juventude 2018. Também não é por acaso que somos distinguidos com o galardão da “Autarquia Mais Familiarmente Responsável” nos últimos anos.

Tudo isto tem uma razão de ser: crescer e ser jovem em Cascais é bom.

Cascais sempre se comprometeu com as suas crianças e jovens. Porque ao fazê-lo, está a cuidar do seu futuro como comunidade. Isso passa, naturalmente, pela educação e pela qualidade das nossas escolas. Mas não só por isso. O poder político tem a responsabilidade de criar todas as condições para que as famílias possam criar as suas crianças num ambiente de felicidade e confiança no futuro. É isso que Cascais tem tentado fazer: criando lugares em creche para as famílias mais necessitadas; dando centralidade pedagógica ao brincar como atividade essencial para o crescimento das crianças; criando ludobibliotecas para onde haja a confluência intergeracional e a aprendizagem dos mais novos com os mais velhos; democratizando as tecnologias; e sobretudo, criando espaços públicos sustentáveis, capazes de promover o crescimento ao ar livre e em contacto com a natureza.

Para Cascais os direitos das nossas crianças são inalienáveis. São território sagrado. O direito de todas as crianças viverem em segurança, terem uma família, uma habitação, condições de vida, de saúde e de educação, são direitos pelos quais lutaremos até à exaustão. Lutaremos sempre pelas nossas crianças, especialmente as que se encontrarem em situação de maior fragilidade. Porque se hoje são apenas 20% do nosso presente, as crianças serão 100% do nosso futuro.

Queremos muito que Cascais seja reconhecida como Cidade Amiga das Crianças – apesar de sermos Vila. Tudo faremos para sermos merecedores da vossa confiança e continuar a lutar, ainda com mais vigor, pelos direitos dos nossos cidadãos mais jovens.

Carlos Carreiras

Introdução

A iniciativa Cidades Amigas Crianças, lançada pela UNICEF em 1996, tem como grande objetivo melhorar a qualidade de vida das crianças, reconhecendo e realizando os seus direitos nas decisões, políticas e programas dos municípios e incentivando à adoção de uma política coordenada para as crianças e jovens. Procura-se assegurar o bem-estar de todos/as os/as cidadãos/ãs e em particular dos mais jovens, potenciando a participação das crianças na vida da comunidade e o trabalho em rede entre entidades públicas e privadas envolvidas na defesa dos direitos da criança.

Esta iniciativa reconhece que é no município que se encontram os principais contextos de vida das crianças (como a casa, a rua, o bairro, espaços de educação formal e não-formal, os espaços de convívio e lazer, etc.) e que ele é um forte agente de socialização com um papel fundamental na criação de ambientes ricos, estimulantes e de qualidade que contribuem para o pleno desenvolvimento da criança/jovem.

Neste enquadramento assumem particular relevância os objetivos específicos definidos pelo Comité Português para a UNICEF para este Programa:

- ❖ Implementar políticas locais para as crianças e jovens;
- ❖ Reforçar a perspetiva de direitos da criança na cultura organizacional dos Municípios e das entidades com responsabilidades em áreas relacionadas com as crianças;
- ❖ Promover a participação das crianças na vida da comunidade,
- ❖ Fomentar a ação concertada entre todos os atores com impacto na vida das crianças, incluindo sectores municipais, entidades públicas e privadas. *(Comité Português da UNICEF in “Guia para a Construção de Cidades Amigas das Crianças”, 2016)*

De forma a responder aos requisitos colocados por este Programa, e da vontade e pertinência de se elaborar um Plano de Ação Local que tenha por base os Direitos da Criança, surge a necessidade de analisar a realidade das crianças e jovens do concelho e refletir de que forma as instituições e as práticas profissionais estão a contribuir para as diferentes dimensões do seu bem-estar e qualidade de vida.

Assim, a concretização do compromisso do município com o Programa e com a CDC parte do Mecanismo de Coordenação, que recolheu uma grande quantidade de informação fruto dos contributos de quase todos os setores da autarquia e entidades locais cuja intervenção tem impacto mais ou menos direto na qualidade de vida e bem-estar das crianças e jovens, mas também um conjunto valioso de dados recolhidos diretamente junto destes últimos e famílias, e um número considerável de organizações públicas e privadas de Cascais.

Temos presente que os vários serviços da autarquia, bem como as diferentes entidades locais, produzem a partir das suas intervenções muita informação relevante para um retrato sobre a Infância (0-18 anos) em

Cascais, mas temos presente também que todos estes dados nunca foram compilados, organizados e sistematizados de forma a produzir-se um olhar global, pelo que podemos considerar este Diagnóstico e Plano como um primeiro esforço coletivo nesse sentido.

O “coletivo” aqui assume particular importância. É um coletivo que representa muitas estruturas internas da autarquia e diferentes entidades locais que, arriscamos dizer, nunca tinham estado juntas para debater e desenvolver uma perspetiva integrada sobre a Infância. E este dado, só por si, é muito significativo.

A consideração do superior interesse das crianças, o respeito pelas suas capacidades em desenvolvimento e o direito à participação são alguns dos princípios orientadores que nortearam este processo. No entanto, esteve também presente que todos em Cascais são peças-chave sem as quais não se pode deixar de contar se queremos, de facto, investir nas crianças, pelo que a participação de diferentes elementos da comunidade foi fundamental.

Dado que a CDC reconhece as crianças como atores sociais e sujeitos de direitos que, pela especificidade da sua fase de vida, têm necessidades específicas que requerem cuidados e medidas de proteção, provisão e participação também específicos, este “coletivo” que atrás referimos alarga-se quando se entende como fundamental o envolvimento e participação das crianças e jovens neste processo, dando voz às suas visões, necessidades e prioridades, em linha com as diretrizes da UNICEF e da Estratégia 2016-2021 do Conselho da Europa para os Direitos das Crianças, nomeadamente o direito à Participação.

Finalmente, este “coletivo” traduz também a participação e os olhares das Famílias, o primeiro contexto de vida da criança e a sua primeira referência, que se constitui como uma das principais partes interessadas na boa implementação de medidas que a médio e a longo prazo este Plano irá produzir no dia-a-dia dos seus filhos.

Enquadramento

De acordo com a orientação do Comité Português da UNICEF, no “Guia para a Construção de Cidades Amigas das Crianças” (2015), o Mecanismo de Coordenação (MC) é o responsável por delinear e acompanhar o desenvolvimento do Programa ao nível do Município. Como vimos atrás, esta é uma equipa constituída por elementos de quase todos os setores municipais e de algumas instituições e entidades da comunidade relevantes no trabalho com e para as crianças.

O arranque deste trabalho teve o seu início com um conjunto de encontros de apresentação do programa dinamizados pelo Coordenador formal e equipa de coordenação para envolvimento dos dirigentes e técnicos da autarquia e das entidades locais que integram o MC. Neste contexto foram explicitados os grandes objetivos e as etapas a seguir, e enquadraram-se os Direitos da Criança e o compromisso assumido com a ratificação da Convenção dos Direitos da Criança (CDC).

A equipa procurou um elaborar o diagnóstico e o PAL , tendo em vista:


- I. Que fosse de natureza participativa, permitindo o exercício da Cidadania e a participação nos processos de tomada de decisão dos diferentes elementos da comunidade, bem como o seu envolvimento consciente na mudança e transformação da sua realidade.
- II. Baseando-se na necessidade de conhecimento sobre a realidade local como ponto de partida para as decisões sobre a intervenção futura, não apenas nos seus aspetos mais descritivos ou quantitativos, mas também do ponto de vista da perceção subjetiva dos atores locais sobre as suas vivências no contexto local, tendo como matriz desse olhar a Convenção dos Direitos da Criança.
- III. Que gerasse sinergias não apenas a partir dos resultados obtidos, mas ao longo de todo o processo, contribuindo desde o seu início para uma construção coletiva e ativa da mudança que se pretende entre a realidade atual e a futura.
- IV. Que contribuísse para o desenvolvimento de um olhar integrado e em rede sobre a Infância (0-18 anos), partindo da articulação dinâmica entre as diferentes organizações que compõem a Comunidade de Cascais.

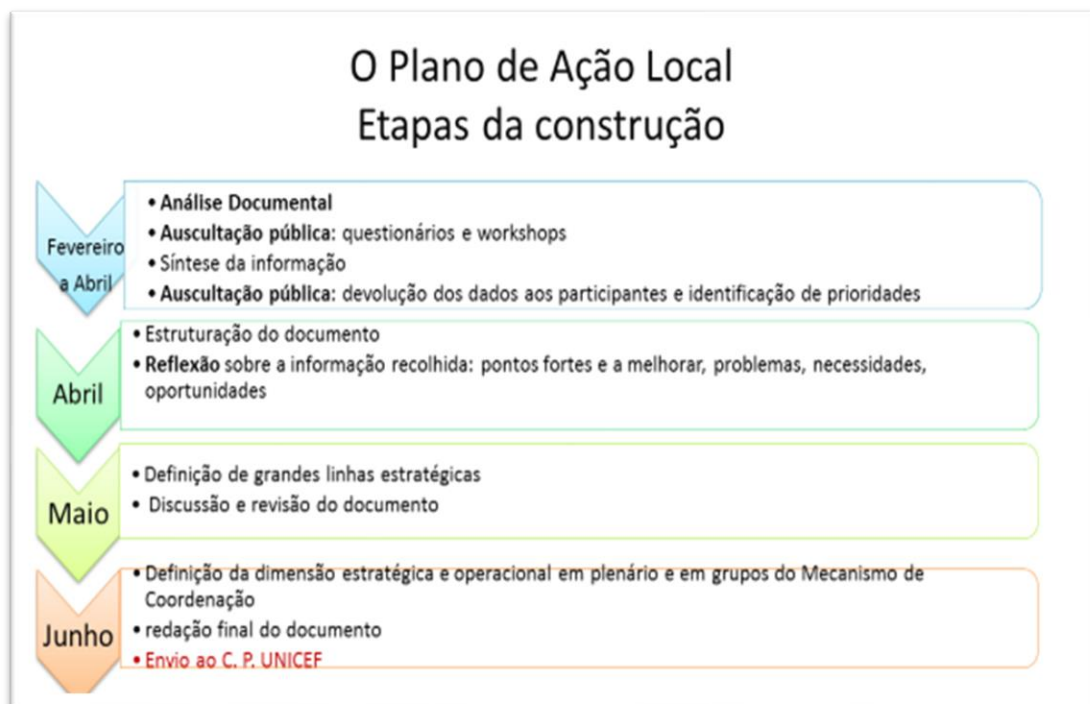
Entre janeiro e junho, seguiram-se uma série de reuniões muito participadas do MC para:

- Discutir os passos a seguir para a elaboração do Diagnóstico e do Plano de Ação Local (PAL)
- Definir uma planificação do trabalho
- Organizar e distribuir tarefas
- Recolher dados
- Analisar os dados

→ Definir as áreas temáticas a integrar no PAL

ETAPAS DO DIAGNÓSTICO LOCAL - previstas pelo C. P. UNICEF

Etapas	Cronograma
Caracterização sociodemográfica e geográfica	Janeiro
Identificar áreas com impacto na vida das crianças a incluir no diagnóstico	Janeiro
Identificar serviços da responsabilidade do município com intervenção com impacto nas crianças	Janeiro
Identificar as políticas, programas e projetos existentes na área geográfica do município	Janeiro - Fevereiro
Identificar e auscultar os stakeholders relevantes (públicos e privados)	Janeiro: Identificar Fevereiro – Março: Auscultar
Definir metodologias e/ou instrumentos de recolha/produção de informação	Janeiro
Identificar e analisar documentação disponível	Janeiro: identificar Analisar: Fevereiro-Abril
Realizar uma recolha e análise estatística	Fevereiro – Março-Maio
Recolher ou produzir e analisar informação qualitativa e quantitativa	Fevereiro-Abril
Identificar e caracterizar problemas, necessidades, recursos, pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças	Maio-Junho
DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO 	Junho PLANO DE AÇÃO LOCAL



Estas planificações foram aprovadas pelo Mecanismo de Coordenação em Janeiro de 2017. Ao longo do processo tiveram que ser feitos ajustes ao calendário inicial, sendo que a fase de recolha e tratamento dos dados de auscultação pública se prolongou até início de junho.

Por constrangimentos que surgiram na fase de tratamento e análise de dados não foi possível realizar a 2ª fase de auscultação prevista que procurava envolver todos os participantes na identificação das linhas estratégicas. Ainda assim, é intenção do MC concretizar este objetivo dinamizando um conjunto de sessões junto dos vários grupos setoriais já inquiridos, aproveitando para recolher contributos sobre eventuais ajustes e medidas para o PAL.

Consoante o tipo de trabalho a desenvolver o MC reunia-se completo em plenário ou por grupos de áreas de proximidade ou cada elemento preparava individualmente o seu contributo. Este ciclo revelou-se prático, deu espaço à discussão em grupo e à reflexão individual, permitindo ganhar tempo e não sobrecarregando a equipa com muitas reuniões, o que poderia ter gerado alguma saturação.

Este processo foi ele próprio formativo no sentido em que foi permitindo a uma equipa de tamanho considerável e sem grandes conhecimentos prévios sobre a CDC assimilar progressivamente o desafio que se assumiu quando aderimos ao Programa, os seus princípios e os seus objetivos.

Pensando globalmente em todo o processo, consideramos que todo o trabalho desenvolvido respondeu aos objetivos iniciais e consolidou toda a informação no sentido de se encontrarem eixos prioritários de uma intervenção concertada no município de Cascais.

Estamos convictos que o início do trabalho em rede a partir de um olhar concertado com foco na Infância; a identificação da realidade da infância no município, dos seus aspetos positivos e a melhorar; o processo de construção que pôs em prática o direito à participação, e o conjunto de ideias inovadoras diretamente relacionadas com a infância e juventude que surgiram vão seguramente contribuir para uma cidade que reflete mais e melhor o superior interesse da criança.

Metodologia

A elaboração do Plano de Ação Local pressupõe um conhecimento aprofundado da situação da infância no município nas suas diversas dimensões, que se assuma como base fundamental de um trabalho articulado e em rede entre as diversas entidades e organizações, para levar a cabo a concretização efetiva dos Direitos da Criança. Assim, estruturou-se um diagnóstico de natureza qualitativa que decorreu entre janeiro e junho de 2017 que permitisse conhecer a situação de partida do município.

A fase de recolha de informação decorreu de fevereiro a maio e contemplou análise documental, dados de estatística e auscultação pública a vários grupos setoriais (organizações públicas e privadas, famílias, crianças, jovens e município).

→ **Metodologia - Diagnóstico**

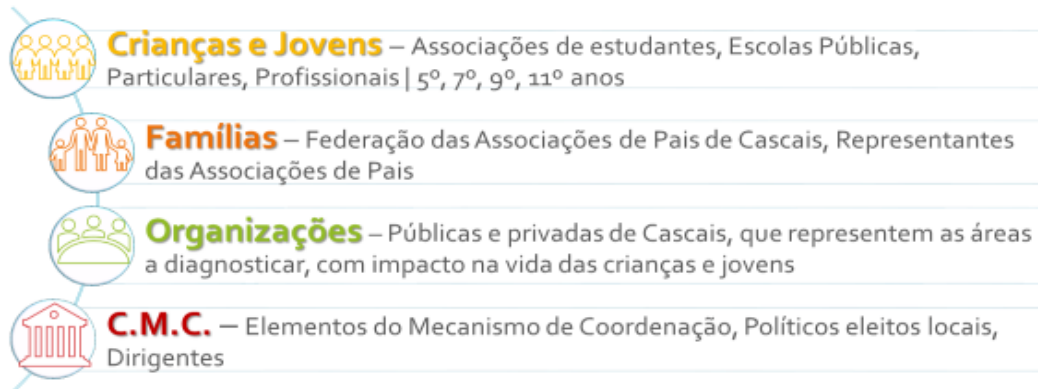
O diagnóstico foi elaborado essencialmente numa perspetiva qualitativa relativamente aos direitos das crianças e à realidade do município nesta área. O trabalho incidiu particularmente no levantamento de informação junto das mais diversas áreas da Câmara Municipal de Cascais, bem como das entidades externas como Juntas de Freguesia, PSP, Agrupamentos de Centros de Saúde de Cascais, 5 empresas municipais, a CPCJ de Cascais, a Federação das Associações de Pais de Cascais, Escolas públicas e privadas e Organizações públicas e privadas do concelho.

A estratégia de recolha de informação qualitativa permitiu um retrato abrangente no que se refere aos conhecimentos, perceções, e situação da Infância (0-18 anos) em Cascais.

Para tal, foram consultados dados quantitativos tendo como fonte de informação o INE e PORDATA, quer dados qualitativos através da análise de documentos elaborados da Câmara Municipal de Cascais e entidades externas.

De modo a complementar a informação aferida, realizaram-se workshops e questionários online a diferentes atores, incluindo as próprias crianças, de modo a direcionar o levantamento de informação em grandes áreas de impacto nos seus direitos e qualidade de vida. A partir dos workshops obteve-se uma breve descrição dos níveis de perceção de diferentes grupos do concelho de Cascais sobre aspetos gerais de Cascais e, nos questionários online, as perguntas foram direcionadas para as áreas a diagnosticar, o que nos permitiu aferir mais diretamente questões específicas. A fase de auscultação pública foi uma das mais importantes para a elaboração do diagnóstico pelo envolvimento que gerou no próprio programa, mas sobretudo porque conta com a participação direta dos principais interessados deste plano.

Auscultação pública - Participantes



GRUPOS SETORIAIS	Composição dos diferentes grupos
Organizações	CMC - Mecanismo de coordenação, eleitos locais e dirigentes Organizações públicas e privadas Diretores de escolas públicas e particulares - Diretor e subdiretor de cada escola e agrupamento
Família	Representantes das Associações de Pais dos estabelecimentos de ensino público e particular
Crianças e Jovens	Alunos de diferentes faixas etárias e níveis de ensino, dos ensinos público, privado e profissional, de escolas mais junto à linha litoral vs. escolas mais do interior do concelho. Escolas particulares 2 Escolas públicas 7



Auscultação pública



Resumo da metodologia para auscultação pública

GRUPOS SETORIAIS	Crianças e Jovens (10 aos 18 anos)	Organizações públicas e privadas	Famílias (Associações de Pais)	Município (diretores de departamentos e elementos do mecanismo de coordenação do programa)
Nº DE TOTAL DE PARTICIPANTES	203	83	20	56
FORMA DE AUSCULTAÇÃO	Workshop Questionário	Workshop Questionário	Workshop Questionário	Workshop Questionário Reuniões
Nº DE PARTICIPANTES POR FORMA DE AUSCULTAÇÃO	Workshop 203 Questionário 203	Workshop 83 Questionário 35	Workshop 20 Questionário 91	Workshop - 35 Questionário - 21 Reuniões MC - 1
Nº DE SESSÕES	9	10	1	Workshop 3 Reuniões MC 3
Metodologia Dos Workshops	<p><u>Sessões:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Duração de 2h, - Locais: Centro Cultural de Cascais Escola Secundária de S. João do Estoril em salas de aula - Nas sessões com crianças e jovens foi solicitada a presença do professor que acompanha a turma, previamente informado e esclarecido através duma Nota explicativa entregue com antecedência. - As sessões foram dinamizadas por 12 elementos do mecanismo de coordenação, todos com experiência em trabalho de sessões participativas e dinâmica de grupo, que tinham um guião previamente definido para uniformização de critérios para a dinamização e registo 			
Dinâmica Sessões	<p>Das</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do programa CAC • Preenchimento de um questionário com parâmetros/dimensões estipuladas pelo comité português da UNICEF • Dinâmica baseada na análise SWOT: <p>- Nas sessões com crianças e jovens foi solicitada a presença do professor que acompanha a turma, previamente informado e esclarecido através duma Nota explicativa que foi entregue com</p>			

	<p>antecedência.</p> <p>- As sessões foram dinamizadas 12 elementos do mecanismo de coordenação, todos com experiência em trabalho de sessões participativas e dinâmica de grupo, que tinham um guião previamente definido para uniformização de critérios para a dinamização e registo</p>
CONTEÚDO DOS INSTRUMENTOS DE AUSCULTAÇÃO	
1 - "Questionários individuais <i>online</i>": de perguntas fechadas; para identificar áreas prioritárias de ação para a melhoria das condições de vida das crianças e jovens.	
<p>Os questionários utilizados foram adaptados do original em inglês, "Child Friendly Cities Final Toolkit" no site Child Friendly Cities: http://childfriendlycities.org/research/final-toolkit-2011/ , são baseados na Convenção dos Direitos da Criança e na Child Friendly Cities Framework for Action e foram desenhados para apoiar as entidades locais no trabalho de implementação da Convenção ao nível local.</p> <p>1 questionário para crianças e jovens 1 questionário para Pais/Famílias 1 questionário para Organizações da comunidade 1 questionário para a CMC – utilizado como check list que permite à autarquia aferir em que ponto se encontra internamente quanto ao desenvolvimento de medidas e políticas que promovem os direitos da criança</p>	
2. Workshops: colocaram-se algumas questões abertas relativamente ao que consideram mais importante para que Cascais seja reconhecida como vila Amiga das crianças.	
<p>Adultos</p> <p>Foram colocadas 6 questões, por mesa e foi pedido aos participantes que, em tempos de 15 minutos que em grupo de 10 pessoas registassem todas as suas opiniões que consideram importante ser tida em conta. A dinâmica e o registo das sessões foram feitos por dois moderadores.</p> <p>Questões:</p> <p><u>1º Grupo de questões 1ª mesa</u> a) Pensando nas crianças (0 aos 18), o que salientaria no concelho de cascais como mais adequado ou pensado em sua (delas) função? b) Nesta mesma lógica, o que considera que faria falta (pode identificar a zona/freguesia)</p> <p><u>2º Grupo de questões 2ª mesa</u> O que considera que, existindo em Cascais, pode ainda ser melhorado no sentido duma melhor adequação a esta faixa etária?</p> <p><u>3º Grupo de questões 3ª mesa</u> Em que tipo de questões /assuntos, considera importante que se recolha a opinião das crianças e jovens? (as crianças sejam auscultadas /ouvidas)</p> <p><u>4º Grupo de questões 4ª mesa</u> Considera Cascais um concelho amigo das crianças? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não Porquê? Oportunidades Constrangimentos</p>	<p>Crianças e Jovens</p> <p>Foram colocadas 4 questões, em plenário foi pedido a todas as crianças e jovens que, em tempos de 15 minutos dessem todas as suas opiniões sobre o que consideram importante ser tida em conta. O registo das sessões foi feito por dois moderadores</p> <p>Questões:</p> <p><u>1º Grupo de questões 1ª mesa</u> -O que gosto mais em cascais? -O que gostava de ver mais em Cascais?</p> <p><u>2º Grupo de questões 2ª mesa</u> - O que pode ser melhorado em Cascais?</p> <p><u>3º Grupo de questões 3ª mesa</u> -Que espaços/formas conheces onde podes expressar a tua opinião?</p> <p><u>4º Grupo de questões 4ª mesa</u> Achas que Cascais é amiga das Crianças? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não Porquê?</p>

Concluídos os 21 workshops pelos vários grupos setoriais e a aplicação dos questionários procedeu-se ao tratamento da informação recolhida, tendo por base uma análise qualitativa que consistiu numa análise de conteúdo, complementada de uma análise quantitativa, realizada em Excel e SPSS.

→ **Metodologia global**

Resume-se abaixo todo o processo de construção desde o Diagnóstico ao PAL:

Metodologia para elaboração do Plano de Ação Local

Etapas		Como foi desenvolvido
Recolha de dados	Dados da análise documental	Os dados foram recolhidos por cada elemento do mecanismo de coordenação da sua área de intervenção e compilados pela equipa de coordenação.
	Dados da análise estatística	Recolha de dados nos diferentes documentos da CMC e outras entidades do MC, sendo complementados com informação recolhida no INE e no PORDATA.
	Dados de auscultação pública	Conforme metodologia descrita atrás.
Análise	Em plenário foi feita a apresentação e análise dos dados bem como a síntese dos aspetos positivos e a melhorar para cada área servindo de base para a definição das áreas temáticas	
Conclusões	Em plenário foi feita a definição da dimensão estratégica e operacional em modelo World Café, sendo as propostas de correções e ajustes feita pelos diversos elementos do MC. A equipa de coordenação reuniu toda a informação e fez a redação do documento final.	

Diagnóstico Local

A elaboração do Plano de Ação Local decorre do trabalho desenvolvido por um número muito significativo de elementos das diferentes estruturas orgânicas municipais, empresas municipais, organizações públicas e privadas, federação da associação de pais, crianças, jovens e famílias, que participaram na realização do Diagnóstico Local.

Realizou-se um levantamento exaustivo de toda a informação relevante dos diferentes serviços da Câmara Municipal e das Entidades do Mecanismo de Coordenação com implicação direta na vida das crianças, e uma auscultação pública através da aplicação de questionários e dinamização de um conjunto de workshops.

Ao longo de todos estes processos foi notório o envolvimento, a adesão e a motivação crescentes de todos os envolvidos, numa área que até agora era para muitos desconhecida ou para a qual não relação direta com os seus conteúdos funcionais. Este extraordinário empenho do Mecanismo de Coordenação e de todos os restantes elementos que participaram neste desafio, é um sinal muito positivo para a prossecução do Plano de Ação Local.

A fusão da informação recolhida em fases distintas e de formas separadas, permitiu aferir da homogeneidade de questões/medidas identificadas, quer a manter quer a melhorar, das quais se segue uma súmula do mais relevante para a definição das áreas temáticas do PAL:

- Até à data, não foi feito nenhum trabalho de planeamento com as crianças e jovens e não existem espaços formais de participação das crianças;
- A grande assimetria entre o interior e o litoral do concelho;
- O levantamento do nº de crianças em situação de exclusão social ou vulnerabilidade;
- A delinquência, saúde mental, o abandono escolar e o insucesso escolar;
- Uma escola que contribua para o desenvolvimento de competências para a vida, com integração de aprendizagens não formais e valorização do espaço público como agente educador;
- A comunicação e redes de partilha entre escola e comunidade, potenciando a escola como um espaço de e para a comunidade;
- A resposta e acessibilidade de programas de férias a famílias mais carenciadas, e de programas de ocupação para jovens (férias e voluntariado);
- A requalificação dos bairros e das zonas de lazer/brincar, a implementação de medidas de eliminação de barreiras arquitetónicas, segurança e de acessibilidade nestes e noutros espaços públicos;
- A melhoria das acessibilidades dos transportes;
- Maior qualificação das diferentes ofertas quer culturais, quer desportivas, quer de tempo livre e lazer;
- A sustentabilidade dos espaços naturais;
- A capacitação técnica dos vários profissionais intervenientes, *stakeholders*, comunidade em Direitos das Crianças e a Convenção dos Direitos da Criança;

- O desconhecimento do que a própria Câmara Municipal tem, nos diferentes serviços, na área da Infância, revelando uma significativa falta de informação e partilha entre serviços.
- Concluimos ainda que até à data, independentemente de ações pontuais, não houve um investimento estruturado e concertado sobre o conhecimento dos direitos da criança e a aplicação prática da Convenção dos Direitos da Criança.

A partir da análise dos dados e das suas principais conclusões o Mecanismo de Coordenação fez a reflexão conjunta sobre as grandes áreas temáticas que constituem a base estratégica do PAL:

Áreas Temáticas

Área Temática 1 – CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, STKAHOLDERS E COMUNIDADE

Áreas Temática 2 – GOVERNANÇA, PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Área Temática 3 – SEGURANÇA, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

Área Temática 4 – FAMÍLIA, SAÚDE, EDUCAÇÃO

Área Temática 5 – CULTURA, DESPORTO, TEMPOS LIVRES, LAZER

Área Temática 6 – AMBIENTE, ENERGIA E SUSTENTABILIDADE

Dimensão Estratégica

De seguida apresenta-se o quadro resumo dos objetivos estratégicos que foram construídos para cada área temática. Optámos por retirar os indicadores e estratégias diretamente articuladas com a dimensão operacional, que pode ser consultado no Anexo B.

SÍNTESE DA DIMENSÃO ESTRATÉGICA

ÁREA TEMÁTICA	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS
1. Capacitação Dos Profissionais, Stakeholders e Comunidade	OE1.1. Criar uma visão integrada e abrangente, sobre as crianças e jovens de Cascais, para decisões mais qualificadas
2. Governança, Participação e Comunicação	OE2.1. Incorporar a perspetiva das crianças/jovens nas políticas municipais OE2.2. Garantir a Gestão do Mecanismo de Coordenação (MC) e Apropriação PAL OE2.3. Promover a comunicação e o conhecimento do PAL e dos Direitos das Crianças
3. Família, Saúde, Educação	OE3.1. Contribuir para o desenvolvimento integral e o bem-estar da criança/jovem
4. Cultura, Desporto, Tempos Livres, Lazer	OE4.1. Qualificar e adequar a oferta nas áreas da Cultura, Desporto, Tempos Livres e Lazer com a participação de crianças/jovens
5. Segurança, Mobilidade e Acessibilidade	OE5.1. Implementar medidas integradas de segurança, mobilidade e acessibilidade aplicadas ao Espaço Público
6. Ambiente, Energia e Sustentabilidade	OE6.1. Contribuir para o bem-estar das populações e para a sustentabilidade dos espaços naturais

Tendo em conta que a autarquia desenvolveu o seu documento estratégico global que se encontra plasmado no Plano Diretor Municipal (PDM), considerou-se de toda a pertinência perceber a articulação destes objetivos estratégicos com as áreas temáticas do PAL.

INTEGRAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO LOCAL NOS EIXOS ESTRATÉGICOS DA CMC (PDM)

EIXOS ESTRATÉGICOS DA CMC (PDM)	ÁREA TEMÁTICA PAL
I. CASCAIS, TERRITÓRIO COM QUALIDADE DE VIDA URBANA	5. SEGURANÇA, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE
II. CASCAIS, TERRITÓRIO DE CRIATIVIDADE, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO	1. CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, STAKEHOLDERS E COMUNIDADE
III. CASCAIS, TERRITÓRIO DE VALORES AMBIENTAIS	6. AMBIENTE, ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
IV. CASCAIS, TERRITÓRIO COESO E INCLUSIVO	3. FAMÍLIA, SAÚDE, EDUCAÇÃO 4. CULTURA, DESPORTO, TEMPOS LIVRES, LAZER
V. CASCAIS, TERRITÓRIO DE CIDADANIA ATIVA	2. GOVERNANÇA, PARTICIPAÇÃO e COMUNICAÇÃO

Globalmente, e pela leitura do quadro acima, julgamos que é claro que o PAL está articulado com o PDM em todas dimensões, o que significa que genericamente está alinhado com a estratégia de desenvolvimento do município e dá força à sua implementação.

Esta é apenas uma primeira reflexão, uma vez que deverá depois ser analisada em profundidade o cruzamento dos objetivos estratégicos e de que forma o próprio PDM deverá refletir o compromisso do município com os Direitos das Crianças e dos Jovens.

INTEGRAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO LOCAL NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL –
AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO



O Município de Cascais decidiu comprometer-se publicamente com os princípios das Nações Unidas e trabalhar para a realização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados, por unanimidade, pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, a 25 de setembro de 2015, na elaboração de uma Estratégia Local que contribua para o cumprimento pleno dos mesmos (Fonte: <https://www.cascais.pt/cascais2030>).

Considerando que a iniciativa Cidades Amigas das Crianças preconiza uma abordagem local à qualidade de vida e ao bem-estar das crianças e jovens nas suas diferentes dimensões em relação com os seus Direitos, importa atualmente estabelecer a relação entre os ODS, a CDC e as Medidas do PAL e contribuir para a definição da Estratégia Local de Cascais para os ODS articulada com os Direitos da Criança.

Neste sentido, até ao final de 2018, pretende-se ter como base o documento “Mapping the Global Goals for Sustainable Development and the Convention on the Rights of the Child (in UNICEF Child Friendly Cities and Communities Handbook, 2018), onde são relacionados cada um dos 17 ODS com os artigos da CDC, e incluir também uma matriz com a relação com as medidas do PAL 2018-2021.

Dimensão Operacional

De seguida apresenta-se o quadro resumo dos objetivos estratégicos e operacionais que foram construídos para cada área temática. Optámos por retirar os indicadores e estratégias do documento, mas podem ser consultados no Anexo B.

ÁREA TEMÁTICA	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	ESTRATÉGIAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS
1. Capacitação dos Profissionais, Stakeholders e Comunidade	OE1.1. Criar uma visão integrada e abrangente, sobre as crianças e jovens de Cascais, para decisões mais qualificadas	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitando profissionais e <i>stakeholders</i> - Sensibilizando a comunidade em geral - Levando as decisões e escolhas de decisores municipais e educativos a terem presente a CDC - Alargando o quadro de pensamento de decisores e população em geral - Divulgando o PAL 	OO1. Promover o PAL e sensibilizar para a CDC
2. Governança, Participação e Comunicação	OE2.1. Incorporar a perspetiva das crianças/jovens nas políticas municipais	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentando a participação informada das crianças/jovens - Aumentando a capacidade de decisão das crianças/jovens em todas as áreas da vida - Incorporando as suas propostas e avaliações na elaboração das políticas locais públicas (autarquias) 	OO1. Reforçar as oportunidades de participação da criança e do jovem na escola e na comunidade, para a defesa dos direitos da criança e para o exercício de uma cidadania democrática (Obj comum a OO4 de OE2.1)
			OO2. Aproximar, até 2021, os cidadãos dos 0-18 anos dos seus representantes e de uma governança local colaborativa
	OE2.2. Garantir a Gestão do Mecanismo de Coordenação (MC) e Apropriação PAL	<ul style="list-style-type: none"> - Tendo presente informação estatística e qualitativa de caracterização local deste grupo etário (0-18anos) - Garantindo a implementação e melhoria contínua dos PAL's 	OO1. Implementação, pelo MC, a partir de 2018, do Sistema de Avaliação do PAL; OO2. Promover o PAL e sensibilizar para a CDC
3. Família, Saúde, Educação	OE2.3 Promover a comunicação e o conhecimento do PAL e dos Direitos das Crianças	<ul style="list-style-type: none"> - Promovendo uma comunicação adequada e acessível com crianças e jovens - Apostando numa gestão eficaz do PAL com a participação de crianças e jovens 	OO3. Gestão sistemática e participada da implementação do Plano de Ação Local pelo MC, com as crianças e jovens
			OO1. Até 2020 a comunicação municipal destinada à faixa etária entre os 0 e os 18 anos é acessível e adequada
			OO2. Garantir a comunicação externa do Plano de Ação Local e do programa
3. Família, Saúde, Educação	OE3.1. Contribuir para o desenvolvimento integral e o bem-estar da criança/jovem	<ul style="list-style-type: none"> - Através da qualificação e articulação das estruturas e respostas existentes nas áreas da Educação, Saúde e Família - Dando especial atenção às crianças em situação de exclusão e vulnerabilidades, conhecendo bem quem são, que necessidades e que recursos têm - Criando grupos de trabalho multisectoriais com um foco em objetivos e intervenções comuns - Promovendo respostas de saúde infantil mais alargadas e preventivas - Promovendo a articulação de respostas com enfoque na alimentação saudável - Reforçando a importância do direito ao 	OO1. Reforçar ações e projetos para crianças, jovens e famílias de promoção da saúde em áreas identificadas como prioritárias
			OO2. Promover respostas de conciliação entre a vida familiar e profissional
			OO3. Desenvolver e implementar uma estratégia local para a salvaguarda do Artº 31 da CDC
			OO4. Reforçar as oportunidades de participação da criança e do jovem na escola e na comunidade, para a defesa dos direitos humanos e para o exercício de uma cidadania democrática

		<p>brincar na cidade para o desenvolvimento das crianças e jovens</p> <ul style="list-style-type: none"> - Procurando conhecer as necessidades e interesses das crianças/jovens e famílias para melhorar a conciliação entre a vida profissional e familiar para o seu bem-estar - Reduzindo o abandono e a retenção escolar - Procurando que a rede de creche seja qualificada e responda à procura, em todo o território concelhio - Melhorando a comunicação e interação entre escolas públicas e privadas - Promovendo tempos destinados a atividades lúdicas, de exploração de criatividade e de desenvolvimento pessoal e social - Abrindo a escola à comunidade - Melhorando as condições físicas do parque escolar concelhio - Utilizando nos contextos formais e não-formais, metodologias e estratégias que promovam o desenvolvimento das soft skills - Apostando nas atividades pós-letivas para o 2º e 3º ciclo 	<p>(Objetivo comum a OO1 de OE2.1)</p> <p>OO5. Valorizar e incentivar programas, projectos e ações que promovem o desenvolvimento das soft skills numa diversidade de contextos e interesses individuais</p> <p>OO6. Garantir o compromisso do PAL com a inclusão e não-discriminação de todas as crianças e jovens de Cascais</p> <p>OO7. Qualificar e humanizar as creches, os jardins de Infância e as escolas com a participação das crianças, jovens e comunidade</p>
4. Cultura, Desporto, Tempos Livres, Lazer	OE4.1. Qualificar e adequar a oferta nas áreas da Cultura, Desporto, Tempos Livres e Lazer com a participação de crianças/jovens	<ul style="list-style-type: none"> - Criar parcerias com os vários agentes desportivos locais (entidades internas e externas) para uma oferta mais alargada e acessível às crianças - Com base na auscultação e participação das crianças/jovens - Rentabilizando recursos - Aumentando a acessibilidade financeira às ofertas - Garantindo a existência de ofertas em todo o território municipal - Estando atento às necessidades das diferentes faixas etárias - Garantindo uma oferta, distribuída, equilibradamente ao longo do ano - Aumentando o conhecimento do património e equipamentos - Criando um suporte que interligue e promove as várias ofertas - Reforçar o lúdico e espaços de convívio para o património e equipamentos 	<p>OO1. Elaboração de propostas de melhoria e adequação da oferta dos serviços e equipamentos nestas áreas, segundo base territorial, para o grupo etário 0-18anos</p> <p>OO2. Criação de opções de acesso diferenciado (gratuito/desconto) para famílias e crianças/jovens</p> <p>OO3. Criação e implementação de programa de formação para toda a equipa técnica da área temática 4, sobre a CDC (comum à AT1 - OO1-M2)</p> <p>OO4. Elaboração e implementação, em cada equipamento (BM, Desporto, Juventude, outros com correspondência à área temática 4), de propostas de melhoria de acessibilidade – a partir de 2020</p>
5. Segurança, Mobilidade e Acessibilidade	OE5.1. Implementar medidas integradas de segurança, mobilidade e acessibilidade aplicadas ao Espaço Público	<ul style="list-style-type: none"> - Articulando com os Planos das Redes Locais nas áreas da segurança, mobilidade e acessibilidade - Promovendo a utilização de redes de ciclovias, rede de transportes públicos e espaço público - Promovendo a articulação entre redes de ciclovias, rede de transportes públicos e espaço público - Requalificando e reordenando o espaço pedonal nas áreas circundantes aos equipamentos escolares, espaços de utilização por crianças/jovens e atravessamentos - Promovendo a segurança infantil nos ambientes construídos - Requalificação integrada do espaço público 	<p>OO1. Incentivo do uso do transporte público e dos modos suaves nas deslocações.</p> <p>OO2. Promoção da segurança infantil e juvenil</p> <p>OO3. Requalificação do espaço público com participação das crianças e jovens.</p> <p>OO4. Incentivar a vivência da rua / bairro. (comum a OE3.1, OO3)</p>

6. Ambiente, Energia e Sustentabilidade	OE6.1. Contribuir para o bem-estar das populações e para a sustentabilidade dos espaços naturais	<ul style="list-style-type: none"> - Promovendo e potenciando a sua utilização pela população em geral 	OO1. Elaboração, por serviços municipais, de um Plano para a Implementação de uma Rota de Transportes Públicos que interligue as zonas naturais, residenciais e escolares, a partir de 2019
		<ul style="list-style-type: none"> - Promovendo diferentes formas de viver-utilizar os espaços naturais 	OO2. Potenciar o n.º de projetos de voluntariado ambiental, dinamizados por serviços municipais e destinado a crianças/jovens, a partir de 2018
		<ul style="list-style-type: none"> - Promovendo e divulgando boas práticas ambientais 	OO3. Comunicação e divulgação, a partir de 2018, em conjunto com as várias organizações promotoras, de todos os projetos ambientais existentes no concelho
		<ul style="list-style-type: none"> - Promovendo a sensibilização para o desenvolvimento sustentável 	OO4. Aumento da consciencialização sobre os assuntos ambientais, sustentabilidade e património natural
		<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvendo atividades que contribuam para a perceção do que é o ambiente urbano 	OO5. Promover o aumento do n.º equipamentos de recreio e lazer nos espaços naturais.
		<ul style="list-style-type: none"> - Aumentando o acesso aos espaços naturais, através de transportes públicos - Aumentando o conhecimento dos espaços naturais existentes no concelho 	OO6. Promoção da redução do consumo energético (Pegada Ecológica)

Governança

A elaboração deste documento e de todo o processo que lhe deu origem durante os últimos 6 meses é da responsabilidade do Mecanismo de Coordenação (MC) do Programa em Cascais. Esta equipa formalizou-se em Janeiro de 2017 e conta atualmente com 40 elementos.

O arranque inicial e acompanhamento foram impulsionados pela Divisão de Planeamento e Gestão de Rede (DPGR) do Departamento de Educação e Desporto da CMC, sendo que se tinha previsto inicialmente um grupo de 15-20 pessoas. No entanto, e consequência da excelente receptividade que todos manifestaram ao Programa ao longo das sessões de apresentação realizadas, o grupo inicial foi sugerindo a inclusão de mais elementos que consideraram pertinentes para a qualidade do trabalho final.

Os critérios que estiveram na base da escolha dos serviços da autarquia e das instituições externas, prenderam-se com a relevância e impacto mais direto da sua intervenção no bem-estar e qualidade de vida das crianças e jovens, procurando envolver desde o início uma diversidade de áreas que refletissem uma perspetiva integrada sobre a Criança e permitissem um trabalho articulado de raiz:

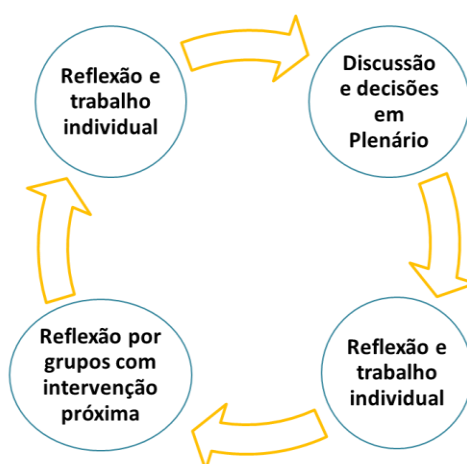


Considerou-se ainda a inclusão dos próprios protagonistas de todo este processo, as Crianças e os Jovens, mas sentimos que nós próprios, enquanto equipa, ainda precisávamos de mergulhar bastante em todas as dimensões dos Direitos da Criança e o que eles implicam na nossa prática profissional diária. Além disso, fez-nos sentido poder desenvolver um trabalho mais estruturado com estas faixas etárias mais à frente, através da criação de mecanismos formais de participação.

Tendo em conta que os Planos não podem ser documentos estáticos e devem responder às dinâmicas que se vão gerando na sua implementação, a própria composição do Mecanismo de Coordenação poderá vir a sofrer alterações na sua composição para, por exemplo, passar a incluir as crianças e jovens.

Temos presente que este não é um número fácil para um grupo de trabalho que requer muita discussão e reflexão, muita mobilização e consensualização de questões-chave. Assim, o funcionamento desta equipa foi organizado em duas fases:

- I. **Durante a elaboração do Plano de Ação Local (PAL):** a coordenação do processo foi assegurada pelo Coordenador Formal e pela equipa da DPGR; o processo foi sendo desenvolvido com a participação de todos através de uma série de reuniões / trabalho em pequenos grupos/ trabalho individual, de acordo com o seguinte esquema:



- II. **Implementação, Monitorização e Avaliação do PAL** – a partir da aprovação do PAL a equipa pretende organizar-se para a sua implementação através da criação de um grupo executivo de cerca de 15 pessoas que assuma a concretização do PAL, e de um grupo alargado de discussão que vai sendo consultado e dando *inputs*, mantendo pelo menos os 40 elementos que já compõem o MC. Passa também a estar assumido um elemento que assegura a Coordenação técnica de todo o processo e equipas.

A definição dos elementos que compõem estes grupos e a sua forma de organização será decidida em Mecanismo de Coordenação, após reflexão conjunta. Julgamos conveniente a criação de pequenos grupos de trabalho com ligação a cada uma das áreas temáticas do PAL para melhor acompanhar e dinamizar a execução dos objetivos propostos.

Prevê-se que os elementos do grupo executivo/secretariado sejam também os elementos responsáveis pelas áreas temáticas, garantindo assim uma articulação mais eficaz entre todos os grupos de trabalho.

Segue abaixo a identificação de todos os elementos, serviços e instituições que constituem o MC em Cascais, com a ressalva de que esta equipa não é estática e que alguns dos elementos com quem se iniciou este processo já não estão presentes ou assumiram funções noutras unidades orgânicas (CMC) e que outros entraram entretanto no MC. Assim, a lista abaixo engloba o período de 2017-2018.

MECANISMO DE COORDENAÇÃO

Elementos da CMC	
Miguel Arrobas	Coordenador Formal do Programa C.A.C. em Cascais Diretor Municipal da Coesão e Capacitação Social
Ana Almada	Departamento de Educação
Ana Sofia Silva	Divisão de Qualificação Ambiental
Beatriz Brandão	Departamento de Educação Divisão de Planeamento e Gestão de Rede
Carlos Franco/Elsa Saraiva	Divisão de Trânsito e Mobilidade – Unidade de Acessibilidades e do Peão
Catarina Aleluia	Divisão de Promoção e Animação Cultural/Fundação D. Luís I
Célia Gonçalves	Divisão de Estudos e Projetos
Cláudia Marques	Divisão de Animação e Promoção Cultural
Cristina Seco	Divisão de Obras de Edifícios e Equipamentos
Cristina Santos	Divisão de Trânsito e Mobilidade
Daniel Valente/ Ana Rita Rodrigues	Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território
Filipa Bom	Divisão de Trânsito e Mobilidade – Unidade de Acessibilidades e do Peão
Isabel Dias/Joana Sousa/Sofia Rodrigues	Divisão Apoio Pedagógico e Inovação Educativa
Joana Fernandes/Adélia Matos	Divisão de Planeamento de Mobilidade e Transportes
Joana Ventura	Divisão de Trânsito e Mobilidade – Unidade de Acessibilidades e do Peão
João Barros	Divisão de Estudos e Projetos
João Palma	Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território
Joaquim Gomes	Divisão de Gestão da Estrutura Verde
Lara Sá	Serviço Municipal de Proteção Civil – Divisão de Prevenção e Sensibilização
Luís Cecílio/Carlos Mata	Serviço Municipal de Proteção Civil – Divisão de Prevenção e Sensibilização
Maria João Silva	Divisão de Marca e Comunicação/atualmente DED
Marta Silvestre	Divisão de Marca e Comunicação
Manuela Madeira/Cláudia Fernando	Divisão de Juventude
Miguel Narciso	Divisão de Cidadania e Participação
Maria José Ramalho	Departamento de Gestão Territorial – Gabinete de Coordenação e Gestão
Marina Cruz	Divisão de Administração e Gestão Educativa
Neuza Gonçalves	Divisão de Intervenção Social
Patrícia Gago	Departamento de Educação Divisão de Planeamento e Gestão de Rede

Sara Dias/M ^a João Gonçalves	Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental e do Território
Sara Silva	Divisão de Marca e Comunicação/atual Chefia Div. Juventude
Sílvia Duarte	Divisão de Cidadania e Participação
Tânia Prudêncio	Divisão de Promoção da Saúde
Vânia Fialho	Divisão de Desporto
Vanda Reis	Divisão de Desenvolvimento de Recursos Sociais
Elementos da CMC - Empresas Municipais	
Ana Rodrigues	Cascais Ambiente
Cristina Vasconcelos	Cascais Próxima
Elsa Ferreira	Cascais Envolvente
Inês Seabra	Cascais Envolvente
Rodrigo Castro	DNA Cascais
Elementos de outras Entidades do Concelho de Cascais	
Ana Paula S. Uva Isabel Couto Hortênsia Gouveia	ACES – Cascais
Angelina Ribeiro /M ^a Fátima Rocha	PSP
Célia Rebelo /Ana Zina	CPCJ Cascais
Fernanda Gonçalves/Bruno Bernardes	J. Freguesia S. Domingos de Rana
Isabel Godinho	J. Freguesia Alcabideche
José Batalha/Judite Paulo	Federação das Associações de Pais - Cascais
Cláudia Altas/Sónia Soares	União de Freguesias Carcavelos-Parede
Manuela Correia	CPCJ Cascais
Rita Serra Coelho Paula Sousa Isabel Santos Sónia Pereira	União de Freguesias Cascais-Estoril

Monitorização e Avaliação

A elaboração do sistema de monitorização do PAL foi um processo de aprendizagem longo e nem sempre pacífico. Afinal de contas, definir resultados e indicadores de impacto com a lente dos Direitos da Criança não é exatamente matéria que qualquer um de nós no MC dominasse!

Com a preocupação de, de facto, responder ao desafio da iniciativa Cidades Amigas das Crianças, e iniciar uma articulação local com o foco na CDC, optou-se por recorrer a uma consultora independente para os Direitos das Crianças para uma formação que nos ajudasse a refletir a importância da avaliação e da monitorização e concretizar um sistema que nos permitisse aferir o impacto das medidas definidas.

Este processo levou alguns meses, muitos encontros de trabalho, muitas dúvidas, muitas revisões e, de reunião em reunião, muitas aprendizagens e discussões que tiveram um benefício indireto de obrigar a equipa a apropriar-se dos objetivos e medidas propostos, de obrigar a articulações entre colegas que nunca se tinham cruzado, e de ganhar uma noção mais realista sobre as implicações do Programa Cidades Amigas das Crianças.

O sistema de avaliação adotado foi baseado no SISTEMA DE AVALIAÇÃO INTEGRADA (SAI). Por definição, sistema é um conjunto de partes, dependentes umas das outras. Ora **o Sistema de Avaliação Integrada (SAI)** do Plano de Ação Local (PAL) é um conjunto ordenado e interligado de elementos obrigatórios em matéria avaliação - análise, criado **com a intenção de:**

- a) garantir a qualidade do desenho lógico do planeado;
- b) a adequabilidade face às necessidades e tendências;
- c) a necessidade de prestar contas – *accountability* - aos cidadãos em geral e a todos os envolvidos no plano.

Designa-se um **sistema de avaliação integrada porque** intervém não só ao nível do planeamento operacional, avaliando a dimensão operacional do planeado (objetivos; ações, recursos, como atua ainda na dimensão **estratégica**, avaliando o alcançar dos objetivos estratégicos, mas também contribuindo para a formulação estratégica (áreas ou eixos temáticos a intervir e objetivos estratégicos), garantindo assim a renovação contínua dos Planos e a continuidade entre pensamento e delineação estratégica e operacional.

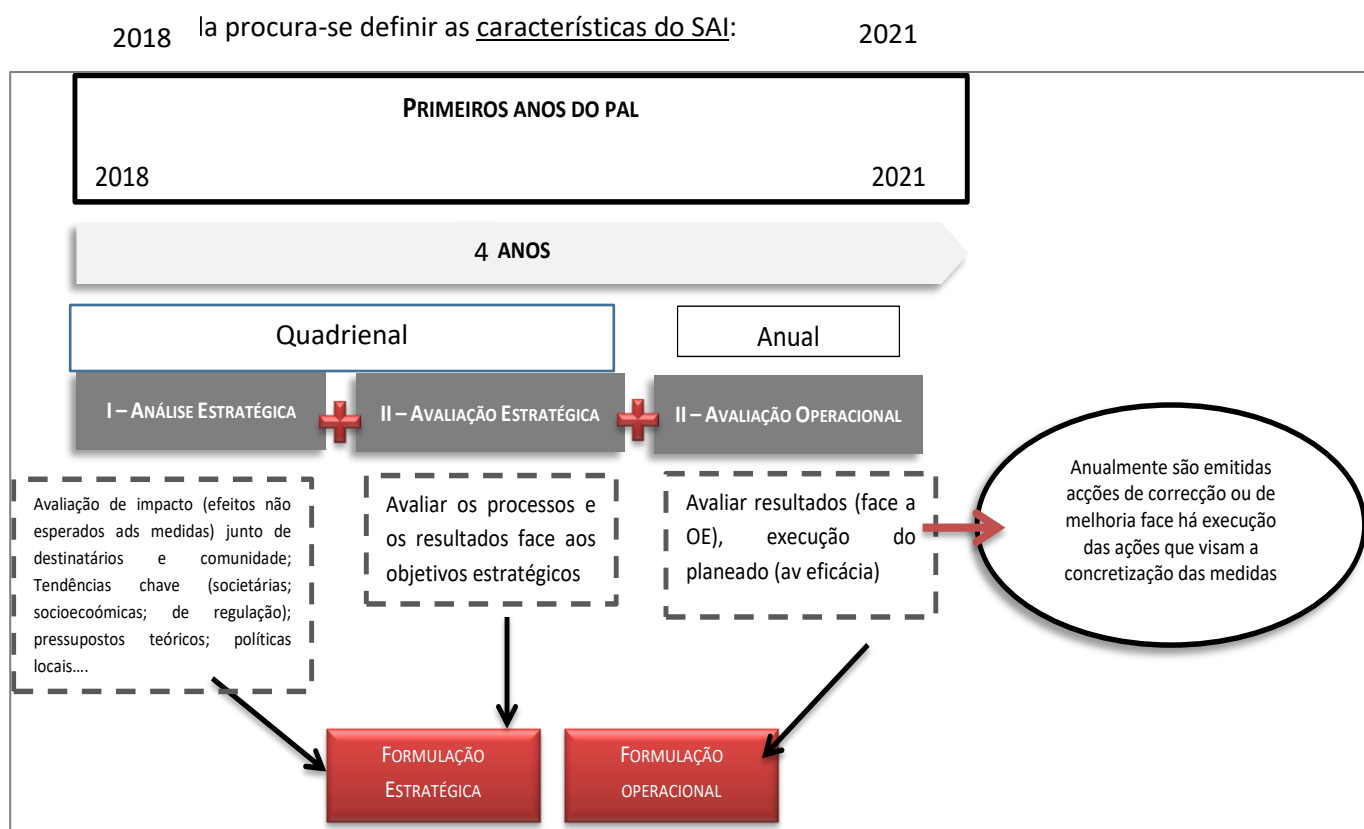
Com a sua existência o SAI procura assegurar que:

- Existe uma atualização periódica (de 4 em 4 anos) do diagnóstico ou análise estratégica, com vista à elaboração de novo Plano;
- Há um alinhamento entre o planeamento estratégico e o operacional;
- A formulação estratégica (áreas ou eixos temáticos e objetivos estratégicos) nasce de uma análise ou diagnóstico da situação externa e interna no que respeita à Convenção dos Direitos das Crianças;

- Existe uma maior probabilidade de qualidade no planeado;
- Coexistem diferentes tipologias de avaliação;
- São pensados tempos específicos para as diferentes atividades de avaliação-análise;
- Que serão envolvidas diferentes partes interessadas, mas de forma diferenciada;
- Existem instrumentos capazes de materializar cada etapa e coerentes com o que se pretende.

É também um sistema, pois implica uma série de partes, dependentes umas das outras. Veja-se um possível ciclo de avaliação integrada:

Ciclo de Avaliação Integrada



QUAL O OBJETO OU ALVO? O Plano de Ação Local (PAL)

O QUE SE PRETENDE? Que esteja garantida a qualidade do PAL, ou seja, que ele permita efetivamente levar o território de Cascais a melhorar a sua performance no que toca aos direitos das crianças.

O sistema pode contribuir para que:

- a) não esqueçamos o conhecimento que se vai produzindo e a atuação na área da infância;
- b) as ações de melhoria e correção face ao anualmente executado, bem como

c) a opinião de alguns *stakeholders*.

QUEM PROMOVE? A Câmara Municipal de Cascais, através do Mecanismo de Coordenação (MC) do PAL

A QUEM CABE A RESPONSABILIDADE? Ao MC, pois cabe-lhe o desenho inicial, a gestão (organizar, coordenar) e a alimentação do sistema.

QUAL A NATUREZA DA AVALIAÇÃO?

A avaliação proposta é de:

- **Execução** – concretizado face ao planeado ou número de medidas realizadas
- **Processo ou reação** – Satisfação dos Clientes, Colaboradores, Parceiros
- **Resultados** – indicadores para objetivos operacionais

TIPO DE AVALIAÇÃO: Interna (assegurada pelo MC) on going (anual), final (4 em 4 anos)

PERIODICIDADE:

- Monitorização semestral
- Anual, no final de cada ano civil, para avaliação operacional
- De quatro em quatro anos, para análise e avaliação estratégica

DOCUMENTOS A PRODUZIR:

- Relatório de Avaliação Operacional do PAL ou Relatório de Monitorização do PAL
- Relatório de Avaliação Final do PAL
- Documento de Planeamento Estratégico

TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS:

- Entrevistas por guião;
- Inquérito por questionário;
- Análise documental;
- Metodologias visuais, narrativas, *focus groups*, entre outros a definir

INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS: A definir posteriormente.

PARTICIPANTES E PAPEL

- CMC - definição do modelo; recolha, tratamento e análise de informação; devolução da informação em forma de relatório; validação do relatório.
- MC: envio de informação; recolha e análise de informação; devolução da informação em forma de relatório.

DESTINO DA AVALIAÇÃO:

- Para quem:
 - Cidadãos concelhios: crianças/jovens e população em geral;
 - UNICEF;
 - Decisores locais (executivo);
 - Membros do MC;
 - Entre outros.
- Forma – documental escrita; story telling quadrienal para crianças/jovens

INDICADORES E FONTES DE VERIFICAÇÃO: (consultar anexo B e E).

Existem algumas premissas importantes na implementação do sistema:

- Avaliar é um ciclo de melhoria contínua

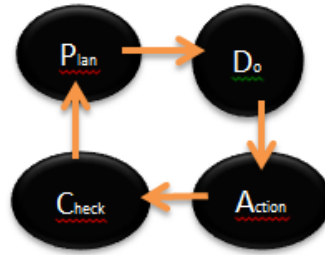


Figura – Ciclo Melhoria Contínua
Fonte: criação própria

- Conta-se com a alimentação por parte de diversas organizações;
- É liderado pela Coordenação técnica com o MC.

Nas tabelas que poderão ser consultadas no Anexo E estão descritos os indicadores de impacto em relação com cada área temática e os resultados esperados. São também indicados os respetivos responsáveis pela recolha e as fontes de informação. Considerou-se, para já, que a periodicidade da recolha será semestral para a monitorização e anual para a avaliação, mas tendo presente que esta periodicidade será afinada após o 1º semestre a 1 ano de implementação do PAL. Da mesma forma, neste período será também possível indicar a desagregação dos dados recolhidos em função de variáveis a definir e as metas associadas.

Esta decisão fez sentido à equipa, não só porque foi possível chegar à descrição detalhada da monitorização e da progressão do trabalho com a lente dos Direitos da Criança, mas também porque pretendemos ter uma 1ª etapa de implementação do PAL (4-5 meses após entrega da versão final) que é essencialmente de organização e preparação da gestão das medidas e da sua avaliação, quer para cada área temática, quer para o Plano no conjunto.

Anexos

- A. Diagnóstico Local do Município de Cascais
- B. Mapa global da dimensão operacional do PAL
- C. Anexo 1 do Diagnóstico Local – Listagem de Projetos das Entidades representadas no MC
- D. Anexo 2 do Diagnóstico Local - Listagem de Instituições internas e externas de Cascais
- E. Monitorização/Avaliação